

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E
EMPREDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Henrique Herbél de Melo Campos'.

Henrique Herbél de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENHIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	11	7	2.339	2.786	Fornecedores	12	6	45	28.985	35.247
Aplicações financeiras	4	27.679	17.805	53.718	265.115	Financiamentos e Debêntures	-	-	-	-	76.985
Contas a receber	5	-	-	60.127	137.772	Obrigações tributárias	13	171	183	-	35.827
Estoques	6	-	-	35.825	34.152	Obrigações sociais	-	-	-	25.069	9.222
Impostos a recuperar	7	2.421	1.535	15.103	34.019	Dividendos a pagar	16	-	10.013	16.043	18.156
Dividendo a receber	16	-	37.045	-	-	Arrendamentos a pagar	-	4.288	-	4.288	5.151
Mútuos	16	-	-	7.824	17.709	Outras contas a pagar	15	-	30.404	-	97.289
Despesas antecipadas		-	-	258	2.865			34.809	40.646	120.138	277.877
Outras Contas a Receber		-	-	4.293	9.753	Não circulante					
		30.111	56.392	179.487	504.170	Fornecedores	12	-	-	-	131
Não Circulante						Financiamentos e Debêntures	-	-	-	-	572.217
Contas a receber	5	4.264	-	182.338	169.000	Obrigações tributárias	13	-	-	5.975	12.419
Precatórios a receber	8	-	-	79.753	79.847	Provisão para demandas judiciais	14	-	-	28.286	46.722
Depósitos judiciais		297	233	48.853	47.861	Provisão para desmobilização	-	-	-	-	8.857
Imóveis a comercializar		-	-	840	840	Passivo fiscal diferido	21	46.028	69.326	48.140	71.438
Mútuos	16	67.895	34.347	-	-	Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	80.903
Despesas antecipadas		-	-	-	-	Outras contas a pagar	15	-	-	-	290
Instrumentos financeiros	9	189.721	260.725	189.721	260.725			46.028	69.326	82.400	792.975
Ativos fiscal diferido	21	38.565	38.565	117.737	115.491	Patrimônio líquido	17				
Outras Contas a Receber		-	-	5.162	39.177	Capital social		691.194	1.188.457	691.194	1.188.457
Investimentos	10	-	1.339.060	-	-	Prejuízos acumulados		63.638	430.893	63.638	430.893
Imobilizado	11	504.817	-	169	1.699.850			754.833	1.619.350	754.833	1.619.350
Intangível		-	-	152.899	6.805	Participação de não controladores		-	-	-	233.564
		805.559	1.672.931	777.884	2.419.596	Total do passivo e patrimônio líquido		835.670	1.729.323	957.371	2.923.766
Total do Ativo		835.670	1.729.323	957.371	2.923.766						

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ: 45.083.219/0001-30

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	18	-	-	430.918	937.390
(-) Custo dos produtos vendidos	19	-	-	(355.718)	(469.846)
(=) Lucro/(prejuízo) bruto		-	-	75.200	467.543
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	19	(1.319)	(1.614)	(114.952)	(114.322)
Resultado de equivalência patrimonial	10	53.183	161.796	821	(380)
Outras receitas/(despesas) líquidas	19	7.330	7.557	14.526	31.927
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		59.194	167.739	(24.405)	384.768
Receitas financeiras	20	8.158	66.015	23.940	100.279
Despesas financeiras	20	(74.864)	(694)	(78.879)	(88.300)
(=) Resultado financeiro líquido		(66.706)	65.321	(54.939)	11.979
(=) Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(7.512)	233.061	(79.344)	396.747
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente	21	(1.312)	(953)	(8.172)	(84.896)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	21	23.298	(21.302)	45.249	(19.127)
(=) Prejuízo do exercício		14.474	210.805	(42.268)	292.724
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		14.474	210.805	(42.268)	210.805
Acionistas não controladores		-	-	-	81.918
Lucro líquido do exercício		14.474	210.805	(42.268)	292.724

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	17	14.474	210.805	(42.268)	292.724
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>14.474</u>	<u>210.805</u>	<u>(42.268)</u>	<u>292.724</u>
Resultado abrangente atribuível a:					
Acionistas controladores		14.474	210.805	(42.268)	210.805
Acionistas não controladores		-	-	-	81.918
Resultado abrangente total		<u>14.474</u>	<u>210.805</u>	<u>(42.268)</u>	<u>292.724</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total de Patrimônio Líquido
			Legal	Lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.188.457	42.911	226.703	-	-	1.458.071	256.452	1.174.523
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	(14.378)	(14.378)
Lucro líquido do exercício	17.c	-	-	-	-	210.805	210.805	81.918	292.724
Dividendos adicional	17.c	-	-	(39.513)	-	-	(39.513)	(82.286)	(121.799)
Dividendos propostos	17.c	-	-	-	-	(10.013)	(10.013)	(8.143)	(18.156)
Reserva legal	17.b	-	10.540	-	-	(10.540)	-	-	-
Reserva de lucros	17.c	-	-	190.252	-	(190.252)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.188.457	53.451	377.442	-	-	1.619.350	233.564	1.852.914
Aumento de Capital	17	237.906	-	(188.721)	-	-	49.186	-	49.186
Incorporação	17	82	-	89	-	-	171	-	171
Cisão Parcial	17	(735.251)	-	-	-	-	(735.251)	(233.564)	(968.815)
Lucro líquido do exercício	17.c	-	-	-	-	14.474	14.474	-	14.474
Dividendos adicional	17.c	-	-	(188.810)	-	-	(188.810)	-	(188.810)
Dividendos propostos	17.c	-	-	-	-	(4.288)	(4.288)	-	(4.288)
Reserva legal	17.b	-	724	-	-	(724)	-	-	-
Reserva de lucros	19.c	-	-	9.463	-	(9.463)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		691.194	54.175	9.463	-	-	754.833	-	754.833

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDEIMENTOS S.A.
CNPJ: 45.083.219/0001-30
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
(=) Prejuízo do exercício		14.474	210.805	(42.268)	292.724
Itens que não afetam o caixa operacional					
Participação de não controladores		-	-	-	(81.918)
Juros e variações monetárias		74.397	(61.184)	77.113	83.136
Depreciação e amortização	11	-	-	24.543	90.027
Provisão para contingência		-	(59)	(2.957)	18.217
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	-	184	47.988
Resultado com impairment de ativos e passivo oneroso		-	-	6.493	35.496
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos		89	-	89	-
Ativo fiscal diferido		(23.298)	21.302	(23.298)	19.127
Ajuste de exercícios anteriores		-	(1.529)	-	573
Lucros não realizados	10	(22.719)	(937)	(22.719)	(2.344)
Equivalência patrimonial	10	(53.183)	(161.796)	-	-
		(10.239)	6.602	17.180	503.025
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(9.874)	(16.148)	(3.587)	(84.900)
Contas a receber		-	-	17.053	20.706
Estoques		-	-	(1.599)	23.198
Precatórios a receber		-	-	94	3.519
Impostos a recuperar		(886)	(445)	(992)	15.140
Despesas antecipadas		-	-	172	2.263
Outras contas a receber		(4.264)	-	13.697	28.278
Imóveis a comercializar		-	-	-	-
Depósitos judiciais		(64)	(8)	(38)	8.773
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		(39)	45	(14.498)	(43.242)
Obrigações tributárias		(12)	(9.751)	(4.556)	(12.174)
Obrigações sociais		-	-	7.569	1.772
Outras contas a pagar		(61)	(69)	(19.196)	(22.523)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		(15.200)	(26.375)	(5.880)	(59.189)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo financeiro a valor justo		(3.393)	-	(3.393)	3.029
Aquisição de investimento com participação de não controladores	17	803.896	-	803.896	-
Mútuo com partes relacionadas	16	-	(12.260)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	-	-	(70.544)	(68.527)
Recebimentos de dividendos de controladas	16	143.101	97.546	143.101	3.538
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		943.796	85.286	873.059	(61.960)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento / Redução de capital	17	(497.263)	-	(497.263)	(1.250)
Arrendamentos pagos		-	-	-	(6.514)
Mútuo com partes relacionadas	16	(33.547)	-	-	-
Empréstimos tomados		-	-	-	(142.270)
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	17	(188.721)	-	(188.721)	(129.445)
Pagamento de dividendos		(198.823)	(65.608)	(198.823)	(121.799)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		(918.354)	(65.608)	(884.806)	(401.278)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>3</u>	<u>(95)</u>	<u>(447)</u>	<u>(19.402)</u>
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		7	102	2.786	22.188
No fim do exercício		11	7	2.339	2.786
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		<u>3</u>	<u>(95)</u>	<u>(447)</u>	<u>(19.402)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 27, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 1973.

A Companhia é uma holding das empresas do Grupo Serveng composto pelas Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que tem como objeto construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplanagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais barragens, edificações, túneis, pontes, viadutos, armações e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massas asfáltica e outros minerais; Serveng Energias Renováveis S.A. (Energia Renováveis), que tem como objeto comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; Eolicabras S.A. (Eolicabras) tem como o objeto fabricação de estruturas pré moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda; Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (Serveng DI), que tem o objeto de construção e incorporação empreendimentos imobiliários; Mineração Barueri Ltda., Mineração Jambreiro Ltda., Mineração Aparecida Ltda. todas no estado de São Paulo e Mineração São Luís Ltda. no estado do Maranhão, tendo os objetivos extração e refino de minerais não metálicos.

Tendo exclusivamente na sua finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa e controla, além de consolidar e maximizar as operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 11 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 12 - Provisões para desmobilização;
- Nota 16 - Provisão para demandas judiciais;
- Nota 24 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.



3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da prestação de serviço de engenharia e construção, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a doze meses, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são destinados a aplicação nas obras e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

3.6. Imóveis a comercializar

Demonstrados ao custo de aquisição dos terrenos e outros custos diretamente relacionados aos projetos em construção. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de aquisição.

3.7. Instrumentos financeiros

3.7.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.7.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.8. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.9. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.10. Perda por redução ao recuperável (impairment) de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade.

O valor recuperável de um ativo é a maior entre o seu valor justo, deduzindo os custos de venda, e seu valor em uso. Quando o valor contábil de um ativo que exceder o seu valor recuperável, é constituído a provisão para a desvalorização ajustando o valor contábil ("impairment").

3.11. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.12. Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

3.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.16. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.17. Apuração do Resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com prestação de serviço de construção civil e comercialização da operação da Companhia e de suas controladas é reconhecida no resultado respeitando o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.17.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

3.18.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.18.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento;

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.18.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1);

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.



3.19. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.19.1. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Civilsan S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2024	2023
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Corumbá Concessões S.A.	Integral / Indireto	-	47,83
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Eolicabras S.A.	Integral / Direto	100,00	100,00
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Mineração Aparecida Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Barueri Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração Jambreiro Ltda.	Integral / Direto	100,00	100,00
Mineração São Luís Ltda.	Integral / Indireto	100,00	100,00
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral / Indireto	-	99,58
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral / Indireto	100,00	100,00
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral / Indireto	-	100,00
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral / Indireto	-	100,00

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação tem a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos conta movimento	11	7	2.339	2.786
Aplicações financeiras (a)	27.679	17.805	53.718	265.115
	<u>27.690</u>	<u>17.812</u>	<u>56.057</u>	<u>267.901</u>

As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2024	2023
Contas a receber de terceiros	259.461	323.718
Medições a faturar (a)	20.146	20.146
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(37.092)	(37.092)
	<u>242.515</u>	<u>306.772</u>
Circulante	60.127	137.772
Não Circulante	182.338	169.000

(a) Valores correspondem a medições dos serviços prestados e não faturados devido autorização de sua controlada.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2024	2023
Produtos acabados	18.640	21.635
Outros estoques para consumo e manutenção	17.185	12.517
	<u>35.825</u>	<u>34.152</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS	-	-	5.353	5.633
PIS	-	-	1.172	3.767
COFINS	-	-	496	12.182
CSLL	4	4	533	69
Imposto de renda	2.417	1.531	5.154	9.740
INSS	-	-	2.395	2.395
Outros	-	-	-	233
	<u>2.421</u>	<u>1.535</u>	<u>15.103</u>	<u>34.019</u>

Os créditos são oriundos da operação da Companhia e suas controladas.

8. PRECATÓRIOS A RECEBER

	Consolidado	
	2024	2023
Departamento de Estradas e Rodovias (a)	70.241	67.959
Prefeitura de Cotia	2.516	2.650
Prefeitura de Osasco(b)	3.025	3.025
AGETOP	1.211	2.675
DER/GO	2.760	3.531
Outros (b)	-	7
	<u>79.753</u>	<u>79.847</u>

(a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, tendo o vencimento final em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está sendo cobrado judicialmente e atualizados monetariamente até novembro de 2009, pelo índice de atualização definido judicialmente em 2022 a Companhia verificou a expectativa do montante e decidiu não reajustar entendendo que o montante provisionado é suficiente do que está discussão.

- (b) Outros precatórios, a receber refere-se a contratos de obras executados pela Companhia para diferentes órgãos.

9. INSTRUMENTO FINANCEIRO

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Controlado		Consolidado	
	2023	2023	2023	2023
Instrumentos mensurados ao valor justo (a)	189.721	260.725	189.721	260.725
	189.721	260.725	189.721	260.725

- (a) O principal ativo financeiro da empresa composto por ações negociadas em Bolsa de Valores, está classificado na categoria Contas a Receber à longo prazo. Estão mensurados ao custo amortizado, os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

10. INVESTIMENTOS

Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	1.339.060	1.289.082
(+/-) Aumento ou redução do Investimento	(803.896)	-
Reversão de dividendos	-	(3.406)
(-) Dividendos recebidos e /ou proposto	(106.249)	(109.349)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (i)	53.183	161.796
(-) Lucro não realizado	22.719	937
(=) Total da Movimentação de Investimento	504.817	1.339.060
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios anteriores	35.045	21.603
Dividendos adicional recebidos no exercício	106.249	75.943
	143.294	97.546

- (i) Resultado de equivalência patrimonial em suas controladas.

Empresa	Patrimônio Líquido	Participação no Capital	Investimento		Equivalência Patrimonial	
			2024	2023	2023	2023
Serveng Civilsan S.A.	366.905	100,00%	366.905	412.830	(45.926)	(21.047)
Serveng Energias Renováveis S.A.	904.448	-	-	900.664	58.836	155.977
Eolicabras S.A.	(31.756)	100,00%	(31.756)	(30.546)	(1.209)	(5.129)
Serveng Desenvolvimento Imob. Ltda.	-	-	-	-	-	(109)
Mineração Jambreiro Ltda.	37.360	100,00%	37.360	19.597	17.762	9.704
Mineração Aparecida Ltda.	27.533	100,00%	27.533	24.388	3.145	10.047
Mineração Barueri Ltda.	43.818	100,00%	43.818	28.337	15.482	10.222
Mineração São Luis Ltda.	9.535	100,00%	9.535	6.509	3.026	2.131
Serveng Transportes	51.252	100,00%	51.252	-	2.067	-
Participações em controladas			504.647	1.361.779	53.183	161.796
Lucro não realizado			-	(22.719)	-	-
Participação em não controladas						
Mundo Holding S.A.			170			
			504.817	1.339.060	53.183	161.796

11. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2024	2023
Terrenos	-	509
Reservatórios, barragens e adutoras	-	385.180
Aerogeradores	-	1.062.298
Edifícios e construções	2.161	2.349
Equipamentos de informática	739	1.503
Instalações e benfeitorias	9.938	38.438
Máquinas e equipamentos	76.825	167.383
Móveis e utensílios	486	664
Veículos	52.957	32.008
Direito de uso	-	47.676
Imobilizado em andamento	9.793	13.047
(-) Lucro não realizado	-	(51.205)
	<u>152.899</u>	<u>1.699.850</u>

A Companhia e suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado									
Descrição	Taxa	2024	Adições	Baixas	Cisão/ Aquisição	2023	Adições	Baixas	2022
Custo									
Terrenos	-	-	-	-	(509)	509	-	(736)	1.245
Reservatórios, barragens e adutoras	3 a 25	-	-	-	(570.823)	570.823	932	-	569.891
Aerogeradores	3 a 25	-	-	-	(1.414.469)	1.414.469	174	-	1.414.295
Edifícios e construções	3 a 25	11.439	-	-	-	11.439	-	(64)	11.503
Equipamentos de informática	3 a 25	8.817	332	(6)	(596)	9.087	717	(199)	8.569
Instalações e benfeitorias	3 a 25	13.004	1.989	-	(40.352)	51.367	65	(28.576)	79.878
Máquinas e equipamentos	3 a 25	219.563	35.756	(13.321)	(216.490)	413.618	29.412	(4.698)	388.904
Móveis e utensílios	3 a 25	3.818	273	-	(597)	4.142	183	(1.749)	5.708
Veículos	3 a 25	134.725	24.994	(11.520)	18.848	102.403	24.536	(11.931)	89.798
Direito de uso	3 a 25	-	-	-	(62.472)	62.472	2.653	-	59.819
Imobilizado em andamento	3 a 25	9.793	7.199	(2.263)	(8.190)	13.047	10.855	(35)	2.227
Total do Custo		401.159	70.543	(27.110)	(2.233.178)	2.653.376	69.527	(47.988)	2.631.837
Depreciação									
Reservatórios, barragens e adutoras		-	-	-	185.643	(185.643)	(12.073)	-	(173.570)
Aerogeradores	3 a 25	-	-	-	352.171	(352.171)	(47.148)	-	(305.023)
Edifícios e construções	3 a 25	(9.278)	(188)	-	-	(9.090)	(185)	-	(8.905)
Equipamentos de informática	3 a 25	(8.078)	(204)	3	(293)	(7.584)	(1.055)	-	(6.529)
Instalações e benfeitorias	3 a 25	(3.066)	(652)	1	10.514	(12.929)	(1.971)	-	(10.958)
Máquinas e equipamentos	3 a 25	(142.738)	(11.370)	12.455	102.412	(246.235)	(15.216)	23.376	(254.395)
Móveis e utensílios	3 a 25	(3.332)	(74)	-	220	(3.478)	(94)	279	(3.663)
Veículos	3 a 25	(81.768)	(12.055)	9.950	(9.268)	(70.395)	(7.373)	11.841	(74.863)
Direito de uso		-	-	-	14.796	(14.796)	(4.912)	-	(9.884)
Total da Depreciação		(248.260)	(24.543)	22.409	665.195	(902.321)	(90.027)	35.496	(847.790)
(-) Lucros Não Realizados		-	-	-	51.205	(51.205)	2.343	-	(53.548)
		152.899	46.000	(4.701)	(1.588.250)	1.699.850	(18.157)	(12.492)	1.730.499



12. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Fornecedores Serviços	20.289	30.051
Material	8.116	5.117
Outros	580	78
	<u>28.985</u>	<u>35.247</u>

O saldo de fornecedores das Controladas refere-se a prestações de serviços, materiais designados a operações da atividade. Os títulos têm vencimentos em curto prazo e são regularmente liquidados.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Parcelamento tributários (a)	-	-	11.949	18.724
ISS	-	-	1.280	1.189
COFINS	14	15	8.020	9.732
PIS	2	2	1.743	2.113
ICMS	-	-	1.133	923
Imposto de renda e Contribuição social	7	157	6.464	10.545
Obrigações previdenciárias	-	-	135	2.691
Outros	148	9	320	2.329
	<u>171</u>	<u>183</u>	<u>31.044</u>	<u>48.246</u>
Circulante	171	183	25.069	35.827
Não Circulante	-	-	5.975	12.419

(a) Os correspondem a tributos federais, parcelados diretamente na Receita Federal.

14. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

14.1. Ativo contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

14.2. Provisões classificadas como perdas prováveis

A Companhia e suas controladoras é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Processos Trabalhistas	-	-	7.420	6.886
Processos Cíveis (i)	-	-	889.998	32.028
Processos Tributários	-	-	38.020	7.799
Outros	21.480	-	59	9
	<u>21.480</u>	<u>-</u>	<u>935.497</u>	<u>46.722</u>

14.2.1. Ações das controladas possíveis

14.2.1.1. Ações ambientais

A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais tem como objeto, via de regra, discussões relativas à exigência feita pelo IBAMA- SP no processo administrativo ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, discute nesta ação judicial ambiental o valor de R\$59mil em 31 de dezembro de 2024.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

14.2.1.2. Ações cíveis

A Companhia e as controladas são partes nas ações de natureza cível através do polo passível, as quais tem como objeto, geralmente discussões relativas a indenizações e execuções, cuja está sob responsabilidade da Companhia no montante de R\$899.998mil em 31 de dezembro de 2024.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

14.2.1.3. Ações tributárias

A Companhia é parte em ações tributária através do polo passível. Atualmente o montante em discussão perfaz o valor de R\$38.020mil em 31 de dezembro de 2024.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.



15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Honorários	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	42.731	60.589
Serveng Transportes	29.709	29.713	-	29.713
Outros	634	691	3.023	7.277
	<u>30.343</u>	<u>30.404</u>	<u>45.754</u>	<u>97.579</u>
Circulante	30.343	30.404	45.754	97.289
Não Circulante	-	-	-	290

16. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2023	2023
Energia Renováveis	-	37.045	-	-	-	-
Mineração Barueri	-	-	-	-	-	-
Mineração Aparecida	-	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-
Acionista	-	-	4.288	10.013	4.288	10.169
Outras partes não acionistas	-	-	-	-	-	7.987
	<u>-</u>	<u>37.045</u>	<u>4.288</u>	<u>10.013</u>	<u>4.288</u>	<u>18.156</u>
Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Eolicabras	14.878	14.347	-	-	-	-
Mineração Barueri	3.000	8.000	-	-	-	-
Mineração São Luis	-	-	-	-	-	-
Serveng DI	-	-	-	-	-	-
Serveng Civilsan	50.017	12.000	-	-	-	-
Serveng Transportes	-	-	29.709	-	-	-
	<u>67.895</u>	<u>34.347</u>	<u>29.709</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros;

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

17. PATRIMONIO LÍQUIDO

- (a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$691.194 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 746.435 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal. Após a Cisão Parcial, realizada através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de agosto de 2024.

- (b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais. Em 2023 o valor destinado foi de R\$724 mil e o saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$54.175 mil (R\$53.451 mil em 2023).



(c) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$9.463 mil (R\$377.442 mil em 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	377.442	226.703
Incorporação de Resultado (i)	89	-
Integralização de Capital (ii)	(188.721)	-
Dividendos adicionais	(188.810)	(39.513)
Lucro líquido do exercício	9.463	190.252
	<u>9.463</u>	<u>377.442</u>

- i. O valor corresponde a reserva de lucros da Empresa incorporada Serveng Paris Ltda.
- ii. Em 28 de maio de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária, a companhia resolveu capitalizar através da reserva de lucros o montante de R\$188.721.

18. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2023	2023
Receitas		
Receita de Bruta	473.331	1.010.155
Impostos sobre faturamento	(42.052)	(72.382)
Devoluções e cancelamentos	(361)	(383)
Receita líquida	<u>430.918</u>	<u>937.390</u>

As receitas da Companhia são reconhecidas por competência, pelas operações executada pelas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Depreciação e amortização	-	-	(14.659)	(82.334)
Custo do produto vendido	-	-	(149.709)	(296.681)
Custo com mão de obra	-	-	(88.781)	(40.597)
Serviços de terceiros	-	(1.077)	(78.288)	(30.354)
Despesas com seguros	-	-	(1.795)	-
Despesas com pessoal	-	-	(28.054)	(24.723)
Despesas com serviços	(1.276)	(39)	(37.831)	(16.726)
Despesas tributárias	(405)	(723)	(4.115)	(5.766)
Despesas com arrendamento	-	-	(9.185)	(11.526)
Contingências	-	234	(2.276)	-
Centro de Serviços Compartilhados	-	-	-	(1.594)
Resultado de impairment	-	-	11.863	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.529	-	573
Dividendos	7.710	3.538	7.710	3.538
Outras (despesas)/receitas líquidas	(18)	2.481	(61.024)	(45.979)
	<u>6.011</u>	<u>5.943</u>	<u>(456.144)</u>	<u>(552.242)</u>



Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2023
Custo do produto vendido	-	-	(355.718)	(469.846)
Despesas administrativas (i)	(1.319)	(1.614)	(114.952)	(114.322)
Outras receitas/ (despesas) líquidas	7.330	7.557	14.526	31.927
	<u>6.011</u>	<u>5.943</u>	<u>(456.144)</u>	<u>(552.242)</u>

(i) Inclui a depreciação.

20. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	8.158	4.831	11.528	35.478
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	61.184	-	61.184
Juros recebidos	-	-	11.560	2.925
Descontos obtidos	-	-	852	692
	<u>8.158</u>	<u>66.015</u>	<u>23.940</u>	<u>100.279</u>
Despesas financeiras				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(74.397)	-	(74.397)	-
Juros sobre empréstimos	-	-	(2.716)	(78.082)
Juros sobre arrendamento	-	-	-	(5.054)
Impostos sobre operações financeiras	(302)	(139)	(306)	(155)
Juros incorridos	-	(81)	(183)	(2.887)
Despesas bancárias	(165)	(474)	(481)	(684)
Outras despesas financeiras	-	-	(797)	(1.438)
	<u>(74.864)</u>	<u>(694)</u>	<u>(78.880)</u>	<u>(88.300)</u>
Total	<u>(66.706)</u>	<u>65.321</u>	<u>(54.940)</u>	<u>11.979</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Diferenças temporárias	-	-	(745)	(3.467)
Prejuízos fiscais	(38.565)	(38.565)	(118.482)	(118.958)
Total diferido ativo	<u>(38.565)</u>	<u>(38.565)</u>	<u>(117.737)</u>	<u>(115.491)</u>
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferida:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	(77.322)	(78.785)	(88.322)	(82.033)
Exclusões temporárias de órgãos público	-	-	-	-
Outras exclusões e adições	15.459	9.459	15.834	10.595
Total diferido passivo	<u>(61.863)</u>	<u>(69.326)</u>	<u>(72.488)</u>	<u>(71.438)</u>



Total do imposto de renda e contribuição social diferido	(23.298)	(21.302)	45.249	(19.127)
Demonstração de resultado corrente:				
Impostos de renda	(360)	(694.539)	(4.316)	(59.427)
Contribuição social	(952)	(258.674)	(8.172)	(25.469)
Imposto de renda e contribuição social	(1.312)	(953.213)	(8.172)	(84.896)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

22.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

22.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	28.985	-	-

22.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

22.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R\$307.977 no consolidado e R\$31.954 na controladora (R\$623.603 no consolidado e R\$17.813 na controladora em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

22.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

22.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.339	2.786	2.339	2.786
Aplicações financeiras	53.718	265.115	53.718	265.115
Contas a receber	242.465	306.772	242.465	306.772
Outras contas a receber	9.455	48.930	9.455	48.930
Total	<u>307.977</u>	<u>623.603</u>	<u>307.977</u>	<u>623.603</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores	28.985	35.247	28.985	35.247
Dividendos a pagar	4.288	18.156	4.288	18.156
Outras contas a pagar	45.754	97.579	45.754	97.579
Total	<u>79.027</u>	<u>150.982</u>	<u>79.027</u>	<u>150.982</u>

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.



22.7. Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2024		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.339	-	-
Aplicações financeiras	-	53.718	-
Contas a receber	242.465	-	-
Outras contas a receber	9.455	-	-
Total	65.511	53.718	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	28.985
Dividendos a pagar	-	-	4.288
Outras contas a pagar	-	-	45.754
Total	-	-	79.027
Consolidado	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	2.786	-	-
Aplicações financeiras	-	265.115	-
Contas a receber	306.772	-	-
Outras contas a receber	48.930	-	-
Total	358.488	265.115	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	35.247
Dividendos a pagar	-	-	18.156
Outras contas a pagar	-	-	97.579
Total	-	-	150.982

22.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

22.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	23.940	12,15%	2.909	3.636	4.364	2.182	1.455
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(78.879)	7,43%	(5.861)	(7.326)	(8.792)	(4.396)	(2.931)
Resultado financeiro			<u>(2.952)</u>	<u>(3.690)</u>	<u>(4.428)</u>	<u>(2.214)</u>	<u>(1.476)</u>

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
Contador CRC 1 SP 252875/O-1
Contador